

PRESENÇAS E AUSÊNCIAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS À EFETIVIDADE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA, MORADIA E LAZER

Breno Rodrigues de Souza¹, Bruno Carlos Pastore²

1 Graduando, Universidade Federal de Rondônia,
brenorodriguesdesouza2@gmail.com

2 Graduando, Universidade Federal de Rondônia,
brunopastore@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Constituição Federal de 1988 consolidou um marco jurídico ao reconhecer os direitos sociais como fundamentos indispensáveis à dignidade humana e à cidadania plena. No entanto, a realidade brasileira evidencia uma discrepância entre a normatividade constitucional e a efetividade prática desses direitos, especialmente no que se refere à educação, saúde, segurança, moradia e lazer. A persistência de desigualdades sociais, regionais e raciais reforça a urgência em problematizar as presenças e ausências desses direitos no cotidiano da população. Este tema é de especial relevância para a América Latina, marcada por processos históricos de exclusão, colonialidade e marginalização social, que impactam diretamente a concretização do Estado Democrático de Direito. Assim, o estudo se justifica por refletir criticamente sobre os avanços alcançados e os desafios ainda presentes, buscando alternativas que ampliem a efetividade das políticas públicas e garantam condições reais de cidadania.

OBJETIVO: Analisar as presenças e ausências na efetivação dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, com foco em educação, saúde, segurança, moradia e lazer, destacando os avanços normativos, as limitações estruturais e as implicações sociais de sua não concretização.

MATERIAL E METODOLOGIA: O trabalho adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, fundamentada em revisão de literatura científica, documentos normativos e relatórios institucionais. Foram utilizadas como referência produções acadêmicas recentes sobre políticas públicas e desigualdade social, bem como dados de organismos nacionais e internacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) e a Organização das Nações Unidas (ONU). A análise buscou relacionar as garantias jurídicas previstas no texto constitucional com a realidade social brasileira. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A investigação evidenciou que, embora o Brasil tenha ampliado o acesso a políticas sociais nas últimas décadas, a efetividade plena dos direitos fundamentais ainda enfrenta barreiras significativas. Na educação, observou-se expansão do acesso, mas persistem problemas relacionados à qualidade e às desigualdades regionais. No campo da saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) representa importante conquista, mas sofre com subfinanciamento e sobrecarga de demandas. A segurança pública, por sua vez, revela contradições, pois o direito à proteção muitas vezes se converte em práticas seletivas de violência que afetam desproporcionalmente populações periféricas e racializadas. Quanto à moradia, apesar de programas como o Minha Casa, Minha Vida, milhões de brasileiros ainda vivem em condições precárias, sem acesso a saneamento básico e infraestrutura adequada. O lazer, frequentemente negligenciado como direito fundamental, continua restrito a determinados grupos sociais, reforçando desigualdades de classe. A discussão aponta que essas ausências não resultam apenas de limitações econômicas, mas também de fatores políticos, estruturais e culturais, evidenciando a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento social que integre efetivamente os direitos fundamentais ao cotidiano da população. **CONCLUSÃO:** O estudo evidenciou que a efetividade dos direitos fundamentais no Brasil ainda enfrenta grandes desafios, apesar de avanços institucionais e normativos desde a Constituição de 1988. A análise demonstrou que a presença parcial desses direitos – como na expansão da educação e na criação do SUS – convive com ausências estruturais que comprometem a cidadania, como a precariedade habitacional, a seletividade na segurança pública e a marginalização do lazer enquanto direito social. Conclui-se que a superação dessas desigualdades exige políticas públicas mais eficazes e investimentos sociais contínuos e também a construção de uma cultura democrática comprometida com a equidade e a inclusão. Dessa forma, refletir sobre as presenças e ausências dos direitos fundamentais é fundamental para fortalecer o Estado Democrático de Direito e consolidar uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras- chave: Direitos Fundamentais. Cidadania. Desigualdade.